

Versões e Contradições do Turismo de Aventura: reflexões sobre as atividades de aventura e sobre o turista

Versions and Contradictions of Adventure Tourism: reflections on adventure activities and the tourist

Lorena Macedo Rafael Dantas (DANTAS, L. M. R.)* e
Paulo dos Santos Pires (PIRES, P. dos S.)**

RESUMO - O presente artigo é um ensaio teórico acerca do turismo de aventura, abarcando suas contradições e interseções com outros nichos de turismo e sua articulação com três categorias distintas de análise: o risco; a diversidade e a interação; e o engajamento dos turistas. Realizado no âmbito de uma pesquisa de mestrado, esse ensaio visa a problematizar e aclarar as implicações atinentes a este pujante segmento do turismo, de forma a identificar possíveis vertentes para a sua análise. Assim, a partir de distintas concepções e considerando as condições sociais da atualidade, se identificam os elementos produtores das contradições do turismo de aventura e reconhece-se o potencial de renovação das relações advindas com as viagens de aventura.

Palavras-chave: Turismo de aventura; Risco; Inovação e interação.

ABSTRACT - This article is a theoretical essay on adventure tourism, addressing its contradictions and intersections with other tourism niches, and its relationship with three separate categories of analysis: risk; diversity and interaction; and the engagement of tourists. Carried out as part of the research for a Master's degree, this essay investigates and clarifies the implications relating to this flourishing tourism segment, seeking to identify possible perspectives for its analysis. Also, based on different concepts, and in light of the social conditions today, it identifies elements that produce the contradictions of adventure tourism, and recognizes the potential for renewing relationships arising through adventure trips.

Key words: Adventure tourism; Risk; Innovation and interactions.

* Formação: Bacharel em Turismo e Hotelaria pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB), Mestrado em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali-SC). Ocupação profissional: Assessora Técnica de Diretoria de Divisão – Empresa: Socicam. Endereço físico para correspondência: Rua Cayowaa, 2046, ap. 111, bloco 04 (Perdizes). CEP: 012580-10 - São Paulo/SP - Brasil. E-mail: lmr_dantas@hotmail.com

** Formação: Graduado em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Mestre em Engenharia Florestal (Área de Conservação da Natureza) pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Doutorado em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP-SP). Atividade profissional: Professor e pesquisador da UNIVALI-SC junto ao Curso de Graduação em Turismo e Hotelaria e aos Programas de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria e Administração da mesma instituição. Endereço físico para correspondência: UNIVALI, Campus Balneário Camboriú (Bairro dos Municípios), 5ª Avenida, nº 1.100. Bloco 07, S. 210. CEP: 88. 337.300 - Balneário Camboriú/SC - Brasil. E-mail: pires@univali.br

1 INTRODUÇÃO

No contexto da sociedade atual, balizada pela acelerada mudança tecnológica, pela globalização e pela excessiva racionalização, onde formas mais complexas de relações sociais são fundadas e influenciadas pela aceleração do cotidiano e pela instabilidade da vida, observam-se significativas transformações em praticamente todos os campos da experiência humana e em todos os âmbitos da vida no planeta.

Tais mudanças caracterizam-se pelo grande alcance e dimensionamento. E como não podia deixar de ser, as formas de lazer e especialmente o turismo vem se desenvolvendo à luz dessas novas demandas.

É notável o crescimento das formas de turismo que proporcionam uma aproximação com o meio ambiente e, conseqüentemente, experiências autênticas e singulares. O homem urbano está em busca daquilo que, talvez, seja a necessidade de um reencontro consigo próprio, até mesmo a necessidade de rever valores ou de construir uma nova identidade, dentre outras possibilidades (MARINHO, 2003).

Para Beni (2003), apresentam-se novas visões que influenciam o consumo turístico e acabam por revelar exigências e comportamentos pelo menos contraditórios como ligação à família e individualismo, desejo simultâneo de liberdade individual e atividades coletivas. Nessa perspectiva, o debate acerca da autenticidade em contraposição às tendências de padronização e previsibilidade nas viagens encerra mais uma contradição.

Todavia, toma-se para o presente estudo a abordagem que privilegia as experiências diferenciadas e marcantes, justamente por justificar o crescente desenvolvimento do turismo de aventura. Swarbrooke *et al.* (2003) destacam que este segmento turístico conforma um fenômeno cada vez mais florescente no novo milênio e atrai uma proporção cada vez maior da população que está em busca de autorrealização e prazer através da participação em atividades físicas e mentais estimulantes, viajando para destinos remotos ou participando de atividades de intensa adrenalina, como parte de suas experiências turísticas.

Levado incessantemente a provar seu valor, numa sociedade em que as referências são complexas e contraditórias, num mercado de instabilidade e competições profissional e econômica, o indivíduo encontra no turismo de aventura uma via de

experimentação radical, onde seus sentidos são exercitados. Talvez essa concepção justifique a multiplicação das atividades de aventura, no Brasil e no mundo, exatamente por, como forma de lazer, caminhar em conformidade com o quadro social, cujo número cada vez maior de indivíduos clama pela exacerbação da vida.

Ao dar ênfase às mudanças ocorridas nas motivações das práticas na natureza, Bruhns (2003) se alinha com as ideias discutidas anteriormente. Se antes se conservava certa distância (contemplação do por do sol, por exemplo), posteriormente o objetivo é uma fusão com o ambiente. Ou seja, procura-se literalmente um mergulho na natureza em busca de experiências intensas.

O advento de novas formas de esportes de ação, na década de 1970, conforme expõe Spink, Aragaki e Alves (2005), integra esse movimento, sendo a Whitbread Ocean Race a precursora, cujo início se dá em 1973; datada da mesma época, emergem as modalidades de aventura que utilizam veículos motorizados, em especial nas disputas de veículos *off-road*, tendo destaque o Rali Paris-Dakar, iniciado em 1979, e o Camel Trophy, a partir de 1980. Além dessas provas, a década de oitenta vê surgir modalidades de risco-aventura diferenciadas, agora personificadas, os ralis humanos¹. O Raid Gauloise foi a primeira competição multi-esportiva de longa duração, com formações de equipes mistas, idealizada por um jornalista francês, Gérard Fusil², e realizada pela primeira vez na Nova Zelândia em 1989; e o Eco-Challenge Lifestyles Inc., criado por Mark Burnett em 1992³, inova ao relacionar aventura e ecologia (SPINK, ARAGAKI; ALVES, 2005).

Pode-se constatar que essa procura pela emoção se materializa em outras esferas da vida cotidiana, como nos rachas⁴ de automóveis, nas acrobacias arriscadas de

¹ Essas práticas constituem competições que envolvem múltiplas modalidades de esportes: canoagem, escalada, rapel, *mountain bike* e longas caminhadas. Elas têm como prerrogativas o trabalho em equipe, a resistência, o espírito de aventura, mesclados com a consciência ecológica.

² Gérard Fusil (1946) é jornalista de formação e se notabilizou na profissão pelas coberturas de esportes. Pelo seu perfil desportista e interesse pela aventura chegou a participar de muitas travessias do Atlântico. Em 1988 faz da aventura sua profissão, liderando a organização do Raid Gauloise até 1996, seguidos de outros eventos. Tornou-se desde então referência no mundo da aventura.

³ Mark Burnett é um empresário britânico, desportista, que desejava ampliar as corridas de aventura para o público global e se notabilizou ao transformar sua paixão por aventuras ao ar livre em um empreendimento rentável.

⁴ Os rachas constituem disputas entre veículos, em alta velocidade, geralmente ocorridas em vias públicas.

motocicletas ou no consumo de drogas⁵, e também de outra forma no lazer, como nos parques de diversões. Mas, diferentemente destes últimos que possuem controle sobre toda a operação, as atividades de aventura dispõem de um arsenal de especificidades que corroboram para a produção de uma vivência diferenciada, onde os riscos não deixam de existir.

Tais características que serão aqui discutidas contribuem para a construção de uma problemática de imprecisões que interferem no entendimento desse segmento. Uvinha (2005) apresenta, como exemplo dessa situação, a diversificada lista de nomeações referentes aos pacotes turísticos temáticos comercializados como ecoturismo, turismo ecológico, turismo verde, turismo exótico, entre outros, além das indefinições, também quanto aos termos: atividades de aventura ou esporte radical.

Desse modo, o estudo do turismo de aventura requer orientação para sua complexidade. Por isso, as múltiplas abordagens são aqui privilegiadas e incorporadas no intuito de delinear um núcleo coeso e coerente de informações capazes de fundamentar as análises das práticas de aventura, no contexto turístico.

2 SITUANDO O TURISMO DE AVENTURA

Propõe-se primeiramente uma discussão acerca das versões e contradições evidenciadas no turismo de aventura, a partir de pontos-chaves para tal condição, como os conflitos com as terminologias adotadas e a interface com outros segmentos turísticos.

Convém ressaltar que a existência de diversas contradições e paradoxos vinculados a essas vivências de aventura corrobora para sua apresentação ora como potencializadora de transformações e renovações das relações do homem consigo mesmo e com a alteridade (VILLAVERDE, 2003), ora como estratégia mediadora do incremento do turismo brasileiro, tanto como propulsora do desenvolvimento local como diferencial para as ações de marketing internacional (BRASIL, 2005).

Nessa linha de argumentação, a análise das terminologias se segue e se encerra com o advento de três categorias de análise, a saber, o risco, a diversidade das práticas e

⁵ Refere-se às drogas lícitas e ilícitas, pois o exagero das drogas como álcool produzem também as sensações de liberdade e coragem citadas.

a interação e o engajamento dos turistas, buscando entender os aspectos essenciais na produção das contradições no turismo de aventura. Os dois próximos subitens abordam de forma mais detida o caráter conceitual do turismo de aventura no âmbito dos segmentos turísticos convergentes ou que com ele estabelecem interfaces.

2.1 CONFLITOS TERMINOLÓGICOS

É notória a problemática de definição do turismo de aventura. O mercado turístico adotou o termo de forma entusiástica, mas não se pensou num consenso para defini-lo. Para muitos autores, o turismo de aventura é um nicho da “indústria turística” que partilha características com vários outros como o ecoturismo e o turismo de natureza. Swarbrooke *et al.* (2003, p. 4) consideram que o “turismo de aventura é um tópico complicado e, por vezes, ambíguo!”. O principal conflito que se confirma ao tratar da conceituação deste segmento baseia-se na dificuldade em unificar a percepção de aventura do grupo, pois ela é subjetiva, cultural e social e sua compreensão apresenta variações de indivíduo para indivíduo com base em suas histórias, tradições e culturas.

Com o objetivo de alcançar o âmago da palavra aventura para, por conseguinte, compreender o elemento diferenciador do turismo de aventura dos demais segmentos turísticos, Swarbrooke *et al.* (2003, p. 9) apresentam um conjunto de características inerentes ao fenômeno por eles definidos como “qualidades essenciais da aventura”.

De forma interligada e interdependente os pontos como: desafios incertos; perigo e risco; desafio; expectativa de recompensas; novidade; estímulo e entusiasmo; escapismo e separação; exploração e descoberta; atenção e concentração; e emoções contrastantes configuram uma experiência de aventura (SWARBROOKE *et al.*, 2003).

De acordo com Swarbrooke *et al.* (2003), a incerteza dos resultados fundamenta a aventura, pois a ausência de conclusões garantidas à experiência auxilia no estímulo da emoção do participante. Outro elemento de relevante contribuição para a incerteza é a novidade; sem a experimentação de algo novo, como uma vivência previsível, não se alcança a aventura (SWARBROOKE *et al.*, 2003). Por sua vez, seguindo o pensamento dos autores supramencionados, a incerteza associa-se fortemente ao risco e ao perigo, já que é ela a responsável pela produção dos riscos. Mas como a percepção da possibilidade de uma situação de risco e a sua avaliação é

variável de pessoa para pessoa, a formatação de uma experiência de aventura é fortemente influenciada pelas percepções dos riscos, sendo que a combinação conjunta de tais elementos cria o desafio, cuja natureza pode ser intelectual, moral, espiritual, emocional ou física (SWARBROOKE *et al.*, 2003). Já o grau do desafio, que é determinado pelo perigo e pelas habilidades e aptidões dos participantes, afeta a intensidade da aventura, variando da escala extrema à moderada (SWARBROOKE *et al.*, 2003).

Pode-se dizer que as características de resultado incerto, risco, perigo e desafio constituem a essência da aventura, uma vez que esses aspectos são fortemente destacados na definição de Spink, Saragaki e Alves (2005, p. 8) – “a aventura refere-se à busca de desafios relacionados com imponderabilidade e imprevisibilidade”.

A expectativa entre os aventureiros de que a experiência produzirá algum benefício é outro componente da aventura. A meta pode ser intangível, como a sensação de vitória, ou uma satisfação por ter se esforçado ao máximo, e tangível como fotografias, jornais e diários. Ademais, segundo Swarbrooke *et al.* (2003), o crescente conhecimento e a autoconsciência, frutos das motivações de exploração e descoberta que envolvem a aventura, representam uma recompensa como anteriormente mencionada, sendo que a jornada de descoberta pode se referir ao progresso mental, emocional ou espiritual advindos com a experiência

Swarbrooke *et al.* (2003) ainda destacam a aventura como uma experiência permeada pelo estímulo e entusiasmo, pois durante essas práticas o praticante vê seus sentidos, seu intelecto e seu corpo estimulados, desencadeando a sensação de entusiasmo, sendo que tais aspectos associados e articulados com a novidade também contribuem para deslocar a experiência cotidiana, conferindo-lhe um caráter de escapismo e distanciamento (separação) da realidade.

Observa-se, dessa forma, a existência de diversos estados mentais e emocionais, incluindo a atenção e concentração, uma vez que a aventura é uma experiência emocional (SWARBROOKE *et al.*, 2003). Por esse aspecto, em especial, nota-se a relação com emoções intensas e muitas vezes contrastantes como o contentamento e o desespero, a ansiedade e o prazer, produzidos pelos elementos da incerteza, do risco, do perigo e da novidade. Portanto, reforça-se a variação do conceito de aventura, de pessoa para pessoa, o que provoca o entendimento da aventura a partir do estado mental e

emocional do praticante, o qual necessita estar envolvido mentalmente e fisicamente (SWARBROOKE *et al.*, 2003).

No intuito de contextualizar a dimensão das características apresentadas para a formatação da experiência de aventura e reforçar a ideia de interdependência, apresenta-se a seguir a figura 1 adaptada de Swarbrooke *et al.* (2003), concernente aos estágios da aventura e das percepções e sensações do praticante.

FIGURA 1 - A EXPERIÊNCIA DA AVENTURA



Fonte: Adaptado de Swarbrooke *et al.* (2003).

Considerando a complexidade da aventura ilustrada pela figura 1, entende-se que a definição do segmento turístico que incorpora essa experiência não é uma tarefa muito fácil. Ademais, destacam-se como fatores contributivos para essa problemática a contemporaneidade do segmento e a diversidades das práticas.

Swarbrooke *et al.* (2003) enfatizam que o caráter inovador da viagem de aventura necessita de uma abordagem extensiva, desobstruída das limitações contidas nos conceitos habituais. “As fronteiras que o turismo de aventura está forjando nos obrigam a reavaliar o valor das definições tradicionais” (SWARBROOKE *et al.*, 2003, p. 7).

A Organização Mundial do Turismo (OMT, 2003, p. 89) expõe que:

[...] o turismo de aventura baseia-se em características naturais e ambientais, como montanhas, rios, florestas, etc. diferentemente dos passeios tradicionais, onde os recursos naturais são apreciados por sua beleza visual, o turismo de aventura leva a pessoa a um contato íntimo com o ambiente e torna-o algo a ser desafiado o enfrentado.

Partindo de uma diferenciação do turismo na natureza, a OMT (2003) relaciona o turismo de aventura com a interação do homem com o ambiente natural, a partir de atividades que envolvem desafios.

Por outro lado, a definição proposta por Millington, Locke e Locke (2001)⁶ citada por Swarbrooke *et al.* (2003, p. 27), apresenta a viagem de aventura como:

[...] uma atividade de lazer que ocorre em um destino original, exótico, remoto ou selvagem. Tende a ser associada aos altos níveis de atividade participante, especialmente em ambientes ao ar livre. Os viajantes têm a expectativa de enfrentar vários níveis de risco, emoções, tranquilidade e de serem pessoalmente testados. Mais especificamente, eles são desbravadores de partes intocadas e exóticas do planeta e também estão em busca de desafios pessoais.

Sob essa abordagem conceitual o turismo de aventura apresenta-se conjugando a atividade com o espaço onde esta se realiza (ambiente que proporcione a exploração e a descoberta) e o nível de dificuldade da ação a ser exercida pelo turista (expondo o desafio) com as emoções que a viagem proporciona, a partir do risco e da condição incerta.

Dessa forma, evidenciam-se como componentes essenciais para a definição deste segmento turístico a necessidade de ação e de engajamento por parte do viajante⁷, a exposição ao risco e perigos e a imersão em emoções fortes.

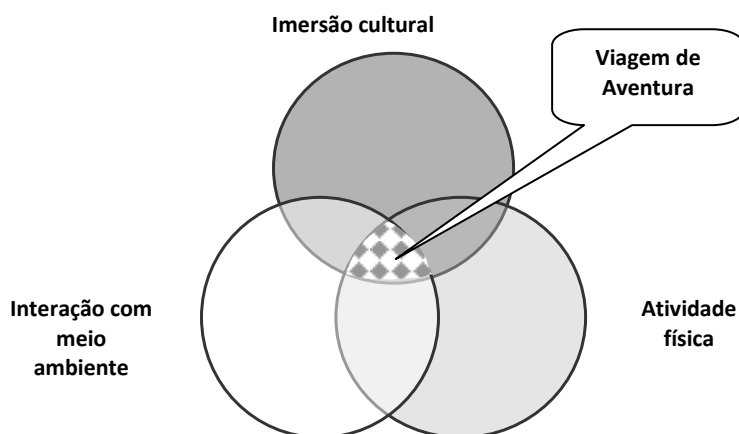
Sob uma perspectiva diferenciada, a Adventure Travel Trade Association – ATTA (2007), associação internacional que representa operadoras e destinos de aventura, concebe as viagens desse segmento a partir da interconexão entre o ambiente natural, a atividade física e a imersão cultural, conforme apresentado na figura 2.

⁶ MILLINGTON, K.; LOCKE, T.; LOCKE, A. (2001). Occasional studies: adventure travel. **Travel and Tourism Analyst**, 4.

⁷ Para alguns autores esta característica do turismo de aventura lhe remete ao segmento do turismo ativo (SWARBROOKE *et al.*, 2003).

Revela-se então um novo componente, as relações preconizadas entre os praticantes e as populações das localidades visitadas.

FIGURA 2 - A VIAGEM DE AVENTURA PARA A ATTA



Fonte: Adaptado de ATTA (2007).

No Brasil, a definição de turismo de aventura inicialmente adotada foi produto de uma Oficina para a Elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Aventura, realizada em Caeté – MG, em abril de 2001 (BRASIL, 2001). O turismo de aventura, de acordo com o documento aprovado, pode ser considerado como um:

Segmento do mercado turístico que promove a prática de atividades de aventura e esporte recreacional, em ambientes naturais e espaços urbanos ao ar livre, que envolvam riscos controlados exigindo o uso de técnicas e equipamentos específicos, adoção de procedimentos para garantir a segurança pessoal e de terceiros e o respeito ao patrimônio ambiental e sociocultural (BRASIL, 2001, p. 3).

Observa-se, nesta definição do Ministério, contemplarem-se os aspectos relativos à operação do segmento, haja vista as preocupações com a integridade física do turista e com a conservação do patrimônio natural e cultural. Estes fatores revelam as particularidades das viagens de aventura, na medida em que destacam a necessidade de gerenciamento de riscos, de tecnologia e a ecologia.

Todavia, em definição mais recente apresentada pelo Ministério do Turismo (BRASIL, 2008, p. 15) se expõe como turismo de aventura “as atividades turísticas decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter não competitivo”. Percebe-se

que o enfoque dado pelo Ministério reduz as particularidades deste segmento turístico às práticas de aventura.

Por entender a complexidade e a multidimensionalidade inerente a este fenômeno, compartilha-se do olhar de Swarbooke *et al.* (2003) que consideram que o turismo de aventura sugere atividades contratadas a partir da expectativa de produção de uma experiência de aventura recompensadora, cuja experimentação revele intensidade e emoções, resulte em risco e desafios de natureza intelectual, espiritual, física e emocional. Pois, compreende-se que a natureza subjetiva da aventura possibilita ou abarca uma série de atividades e contextos infinitos de turismo de aventura.

A esse ponto da discussão revela-se outro alvo de contradições, o elemento principal, propulsor de todas as sensações e emoções: as atividades de aventura. Mas o que são as atividades de aventura? O conjunto de vivências realizadas em cenário natural ou urbano que proporcionam emoções fortes, sensação de risco e configuram a experiência de aventura apresenta diversas denominações, sendo predominantemente chamado de esportes de aventura ou atividades de aventura⁸.

Betrán (2003, p. 163) explica alguns dos termos e significados adotados como sinônimos deste elemento constitutivo do turismo de aventura: “esportes de aventura”, referem-se à busca de incerteza e risco; “esportes em liberdade”, relaciona-se à inexistência de entidades oficiais responsáveis pela regulamentação e à ampla possibilidade de práticas na natureza; “esportes californianos”, sinaliza a origem de algumas destas práticas; “esportes selvagens”, indica o aspecto natural, aberto e incerto de sua prática.

Todavia, o autor supracitado defende a utilização de um termo que possa identificar essas práticas em todo o mundo e propõe a adoção da expressão “Atividades Físicas de Aventura na Natureza” (AFAN), em oposição aos esportes de aventura, por considerar que essas diferem do modelo corporal em que se baseiam os esportes, pela motivação e condições da prática, pelos objetivos e pelo meio onde são desenvolvidas. O espaço natural evidenciado na concepção de Betrán justifica-se pela predominância deste sobre o urbano na prática de aventura.

⁸ O presente estudo privilegia o termo atividade de aventura por ser mais comumente utilizado na academia e no mercado, todavia, afinando-se com a polissemia característica desse segmento, também adota as expressões esportes de aventura ou práticas de aventura.

Para Villaverde (2003) o termo proposto por Betrán não parece atender satisfatoriamente às exigências semânticas desejáveis, pois as palavras conjugadas “atividades físicas” parece-lhe ter significação limitada, além de não remeter à diversidade de ações motoras presentes nestas práticas corporais. Dessa forma, Villaverde (2003) sugere, mesmo que provisoriamente, a adoção da expressão “práticas corporais de aventura na natureza”; cuja representação teórica das palavras práticas corporais sinaliza diretamente para uma ação intencional, na qual se encontra expressa a dimensão corporal e motriz do indivíduo envolvido. A complementação “de aventura na natureza” indica o espaço preponderante, como já foi exposto, e o sentido de aventura e risco.

Nota-se, portanto, que os conflitos consequentes da indefinição de um núcleo semântico para a representação das práticas corporais de aventura fundamentam-se na ausência de fronteiras claramente definidas entre este segmento turístico, algumas técnicas esportivas e as atividades físicas. Nesse sentido, o consenso definitivo sobre o termo requer o amadurecimento do segmento, porém atentando para um significado universal, em ambiente de operação, em abrangência e particularidades das práticas⁹.

Outro problema de terminologia observado diz respeito à conceituação do sujeito que viaja, segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2003) – o turista corresponde ao visitante que desfruta de pelo menos um pernoite, já o visitante de um dia, excursionista, é aquele indivíduo que não pernoita, pois no contexto turístico da aventura muitas atividades são buscadas e oferecidas perto de casa, o que necessariamente anula a hospedagem e define o praticante como um excursionista. Porém, atenta-se para o uso das empresas de turismo na comercialização e operação das atividades. Dessa forma, considerando a definição da OMT, para o presente estudo serão privilegiados os turistas.

2.2 INTERFACES COM OUTROS SEGMENTOS TURÍSTICOS

A tentativa de compreender as diferenças entre o segmento de aventura das demais formas de turismo, embora não seja dada muita importância a esse tipo de

⁹ Refere-se às condições de inversão, instabilidade, velocidade, desequilíbrio que as práticas de aventura proporcionam e que são análogas às condições corporais e percepções cotidianas. Pode-se citar como exemplo as sensações advindas das ações de pular de uma ponte amarrada numa corda ou descer uma corredeira em botes infláveis.

pragmatismo, representa uma iniciativa que objetiva identificar as idiosincrasias desse complexo segmento, fundamentais para os processos de organização e comercialização desse tipo de viagem.

De modo mais abrangente o turismo de aventura vem sendo frequentemente associado com o turismo de natureza, haja vista a predominância do ambiente natural nas práticas de aventura. Para Cebalos-Lascuráin (1995) o turismo de natureza se caracteriza pelo usufruto dos recursos naturais como paisagens, cachoeiras, matas e inclui os segmentos turísticos da pesca, da aventura e do ecoturismo.

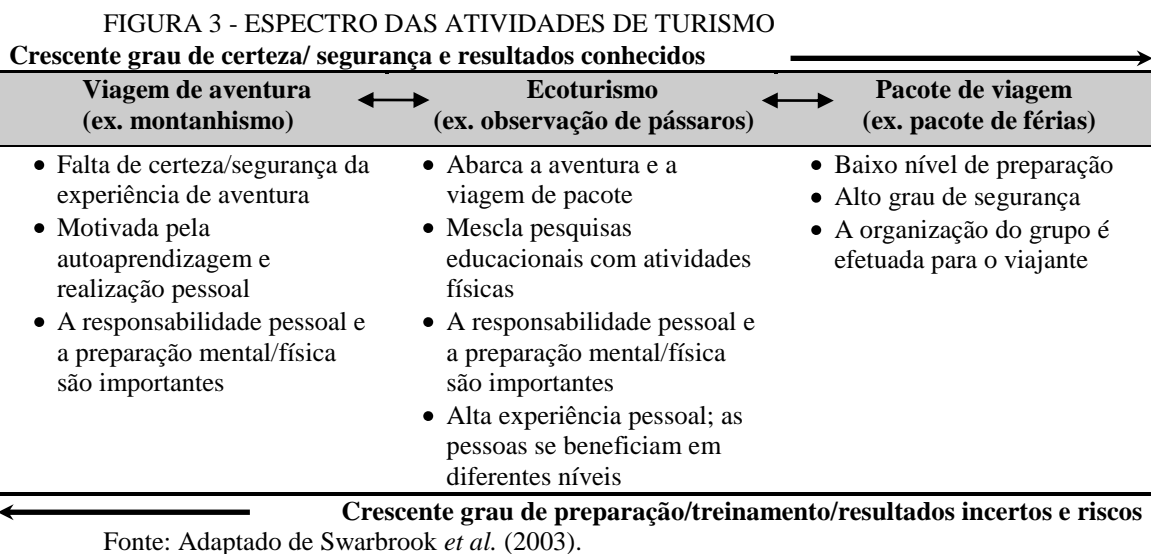
Mesmo admitindo a forte relação do turismo de aventura com o de natureza, ressalta-se que um não se limita ao outro, pois lançar-se na natureza representa apenas um dos enfoques da aventura, igualmente desafiadores. Além disso, uma viagem de aventura pode destinar-se ao ambiente urbano, como também uma viagem à natureza pode não contemplar desafios e emoções intensas.

Há ainda autores como Marinho (2003) que concebem o turismo de aventura a partir do ecoturismo. Para o presente estudo toma-se a definição de ecoturismo apresentada por Rodrigues (2003, p. 31) que o considera como:

[...] atividade econômica, de baixo impacto ambiental, que se orienta para áreas de significativo valor natural e cultural, e que através das atividades recreacionais e educativas contribui para a conservação da biodiversidade e da sociodiversidade, resultando em benefícios para as comunidades receptoras.

Dessa forma, observa-se que as viagens ecoturísticas possuem comprometimentos com a conservação ambiental e pressupõem uma relação harmoniosa com a população visitada. Tais características não são negadas pelo segmento da aventura, mas, no entanto não são representativas de sua realidade. Assume-se que há traços entre essas formas de turismo, até mesmo uma interface, pois ambas implicam numa forte aproximação com a natureza e uma experiência emocionante, todavia também apresentam distinções, já que uma viagem de aventura pode revelar-se descomprometida com o respeito à preservação ambiental.

Swarbrooke *et al.* (2003) apresentam um “espectro das atividades do turismo” criado por Fennel e Eagles (1990)¹⁰, ilustrado a seguir na figura 3, para explicar as similaridades e diferenças observadas entre turismo de aventura e ecoturismo. A análise é realizada em função de três categorias de viagem – turismo de aventura, ecoturismo e pacote de viagem – que dispõem diferentes graus de variáveis como risco, resultado certo/incerto, certeza/segurança, preparação/treinamento.



Observa-se, portanto, que o caráter singular do turismo de aventura se baseia no grau de treinamento e preparação requisitados antes da experiência, no grau de resultados incertos produzidos e no envolvimento com o risco. No presente estudo, tais fundamentos aliados à diversidade intrínseca desse nicho turístico são compreendidos como os responsáveis pelos seus contrapontos e serão analisados na seção seguinte.

Ainda que sejam observadas as características do produto turístico, os aspectos relativos à oferta, ressalta-se a necessidade de considerar a demanda, pois a natureza da viagem, seja ela ecoturística ou não, dá-se na mente dos turistas. Ademais, o interesse dos consumidores também pode abarcar dois ou mais nichos contribuindo, assim, para o aumento da dificuldade em se estabelecer limites entre eles.

¹⁰ FENNELL, D.; EAGLES, P. 1990. Ecotourism in Costa Rica: A Conceptual Framework. **Journal of Park and Recreation Administration**. 8 (1): p. 23-34.

3 DIMENSÕES ANALÍTICAS DO TURISMO DE AVENTURA

Ao se pensar o sistema de aventura, no contexto turístico, por meio das suas contradições e dos seus paradoxos, é possível vislumbrar novos espaços de contrapontos e confirmar a prerrogativa em analisá-lo à luz dos esforços para abranger as suas múltiplas interpretações, ou seja, a sua riqueza e ambivalência.

Entende-se que o risco inerente a esta forma de turismo, aliado à diversidade das práticas e à interação e o engajamento dos turistas, constituem aspectos essenciais na produção das contradições e por isso são aqui tomados como categorias de análise.

3.1 TURISMO DE AVENTURA E O RISCO

Inicialmente, nota-se que a presença do risco no turismo de aventura é um consenso. A incerteza própria do ambiente natural aliada às inversões corporais e sensações insólitas de desequilíbrio¹¹, resultante das práticas de aventura, implicam na determinação do nível do risco das atividades e, conseqüentemente, na configuração da aventura.

Não obstante, este elemento (risco) compõe a motivação de muitos turistas por causar a descarga de emoções fortes como a adrenalina. Por outro lado, algumas pessoas precisam perceber um dado controle desse aspecto para poderem desfrutar das sensações advindas dessas práticas.

Considerando que é a presença do perigo que determina o risco e assegura a imprevisibilidade do resultado, toma-se a conceituação desses elementos apresentada pelo Ministério do Turismo (BRASIL, 2005, p. 19) baseada na norma OHSAS 18.001 (Occupational Health and Safety Assessment Series), no contexto da Saúde e Segurança Ocupacional (SSO).

Perigo: fonte ou situação com potencial para provocar danos em termos de lesão, doença, dano à propriedade, dano ao meio ambiente do local de trabalho ou uma combinação destes.

Risco: combinação de probabilidade de ocorrência e da(s) consequência(s) de um determinado evento perigoso (BRASIL, 2005, p. 19).

¹¹ Considerando as implicações do Código de Defesa do Consumidor, em especial no que se refere à segurança do cliente.

Tal diferenciação auxilia na realização do gerenciamento dos riscos, haja vista que, mediante diversas estratégias e procedimentos de prevenção, os riscos podem ser minimizados. No âmbito do turismo, para que a atividade continue sendo uma aventura comercializável¹² é essencial o processo de gerenciamento de risco, o qual determina níveis aceitáveis de exposição dos clientes, das empresas e do meio ambiente, garantindo a experimentação das fortes emoções.

Nesse sentido, os fornecedores de aventura precisam identificar e prezar pelo equilíbrio ideal entre a exposição de seus clientes aos riscos e o seu controle, de modo a não prejudicar a experimentação das emoções intensas, como também a não transformar seus clientes em vítimas por consequência de uma má operação.

Nessa perspectiva, evidencia-se a necessidade de uma legislação eficaz aliada a um sistema de fiscalização eficiente da operação destas práticas de aventura, que objetive assegurar a integridade física dos turistas, identificar as responsabilidades jurídicas, garantir a idoneidade das empresas responsáveis e, por consequência, a sobrevivência do segmento.

Cita-se como exemplo de medida para sanar esta preocupação, o processo de normalização e certificação desenvolvido pelo Ministério do Turismo em parceria com a Associação das Empresas de Turismo de Aventura (ABETA), cuja avaliação é resultante das análises de conformidades com as normas técnicas elaboradas no âmbito da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Dentre as normas definidas e publicadas, destaca-se a ABNT NBR 15331 – Turismo de Aventura – Sistema de Gestão da Segurança – Requisitos, por enfatizar a relação risco e segurança.

Dessa forma, ressaltam-se os seguintes conceitos necessários para a compreensão do referido processo de gestão (ABNT, 2005):

Acidente: evento não planejado que resulta em morte, doença, lesão, dano ou outra perda.

Perigo: fonte ou situação com potencial para provocar danos em termos de lesão, doença, dano à propriedade, dano ao meio ambiente do local de trabalho, ou uma combinação destes.

Identificação de perigos: processo de reconhecimento de que um perigo existe, e de definição de suas características.

Incidente: evento que deu origem a um acidente ou que tinha o potencial de levar a um acidente.

¹² Tem-se ciência de que algumas das atividades podem envolver mais de um elemento e ainda ocorrer em ambientes distintos, fechados, ao ar livre, em espaços naturais ou artificiais.

Avaliação de riscos: processo global de análise de riscos e de comparação dos riscos estimados em relação a um critério pré-estabelecido para determinar a sua aceitação.

Segurança: isenção de riscos inaceitáveis de danos.

Todavia, a segurança no turismo de aventura¹³ é um fator complexo por abarcar diferentes variáveis como: pessoas; equipamentos; procedimentos; sistemas de gestão das empresas prestadoras de serviços; leis e sistemas de fiscalização e controle existentes em cada município; articulações e logísticas locais disponíveis para buscas e salvamentos e atendimentos médicos; aspectos climáticos; e, particularmente, os perigos inerentes a cada atividade associados às condições naturais do ambiente onde as atividades das distintas modalidades de aventura são realizadas (BRASIL, 2005).

Além desses fatores, a ausência de um histórico de ocorrência de acidentes nessas práticas de aventura dificulta a compreensão do problema da segurança nesse nicho turístico. De acordo com o Ministério do Turismo (BRASIL, 2005), há no mercado uma consciência equivocada de que tais eventos não devam ser registrados e conhecidos.

Vale ressaltar que o levantamento das ocorrências de acidentes no turismo de aventura, de forma a configurar uma base de dados nacional, possibilitaria a caracterização, a identificação das principais causas e pontos críticos, ao mesmo tempo em que orientaria as ações corretivas e preventivas. Porém, o incipiente registro das ocorrências de acidentes nesse nicho turístico, conforme apresentado pelo Ministério do Turismo (BRASIL, 2005), constitui um complicador na gestão de segurança.

Dessa forma, ao pensar a relação risco e atividades de aventura, no contexto turístico, é preciso ter em mente o zelo pela integridade do cliente, da empresa e do meio ambiente, de forma a equacionar as fortes emoções, a adrenalina, a descoberta com a segurança de todos.

3.2 A DIVERSIDADE DE ESPAÇOS E DE PRÁTICAS DE AVENTURA

Embora o turismo de aventura possa ser realizado no espaço urbano, o ambiente natural predomina como cenário destas viagens. As condições de incerteza e

¹³ A ONG “Aventura Especial” trabalha em prol da inclusão dos portadores de necessidades especiais na prática de esportes de aventura.

instabilidade que a natureza oferece e que potencializam as sensações de adrenalina e de aventura justificam a predominância das práticas de aventura neste ambiente. Ademais, as belezas naturais, a aproximação e a vivência no espaço natural valorizam a experiência turística.

Dessa forma, locais de natureza virgem, intocada ou exótica são possíveis destinos por apresentarem elevado potencial para a realização das práticas de aventura, dada à presença de animais selvagens, as dificuldades de acesso e locomoção nos lugares remotos e as intempéries da natureza.

A complexidade do sistema turístico da aventura se fundamenta também na diversidade de espaços naturais, de modalidades de práticas de aventura e de técnicas adotadas. As variações topográficas, as conjunções de rios e cachoeiras, a heterogeneidade faunística, ou seja, a abundância de elementos naturais distintos influencia diretamente na oferta do turismo de aventura. Tendo em vista que as atividades de aventura podem realizar-se em diferentes planos físicos: água, terra, ar, aproveitando as energias que os recursos naturais liberam ou energias produzidas por equipamentos, compõe-se assim a unidade complexa do segmento.

Neste contexto, observa-se a interdependência dos componentes espaço, atividade e técnica, na medida em que as variações nas partes implicam em transformações nas suas características de organização. Tal nuance interfere, principalmente, em dois aspectos: o primeiro, no leque de possibilidades de oferta dos produtos; o outro, na complexidade do processo de planejamento, gestão e promoção desse tipo de turismo.

Para exemplificar esta ideia é preciso observar a dificuldade em elencar todo o conjunto de práticas de aventura, ao mesmo tempo em que se desenvolvem diariamente novas tecnologias e se descobrem novos ambientes. A partir da compreensão de que a diversidade das atividades fundamenta-se nas variações dos equipamentos, das habilidades e técnicas, dos territórios em que são operadas e nos riscos que envolvem, o Ministério do Turismo (BRASIL, 2006, p. 12) apresentou uma lista das práticas mais conhecidas, agrupadas em função dos elementos da natureza (EM) que elas abarcam. (Quadro 1).

QUADRO 1 - PRÁTICAS DE AVENTURA NA NATUREZA

EN	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO
TERRA	Arvorismo	Locomoção por percurso em altura instalado em árvores e outras estruturas construídas.
	Atividades ciclísticas	Também conhecidas por cicloturismo, percurso em vias convencionais e não convencionais em bicicletas.
	Atividades em cavernas	Também denominados de <i>caving</i> e espeleoturismo, observação e apreciação de ambientes subterrâneos.
	Atividades equestres	Ou turismo equestre, percursos em vias convencionais e não convencionais em montaria.
	Atividades fora-de-estrada	Também tratadas como turismo fora-de-estrada ou <i>off-road</i> , percursos em vias convencionais e não convencionais, em trechos de difícil acesso, em veículos apropriados
	Bungue jump	Salto com uso de corda elástica.
	Cachoeirismo	Descida em quedas d'água utilizando técnicas verticais, seguindo ou não o curso da água.
	Canionismo	Descida em cursos d'água transpondo obstáculos aquáticos ou verticais com a adoção de técnicas verticais. O curso d'água pode ser intermitente
	Caminhadas	Percurso a pé em itinerário pré-definido. Curta-duração – caminhada de um dia, também conhecida como <i>hiking</i> . Longa-duração – caminhada de mais de um dia, também conhecida como <i>trekking</i> .
	Escalada	Ascensão de montanhas, paredes artificiais, blocos rochosos, adotando técnicas verticais.
	Montanhismo	Caminhada, escalada ou ambos, praticada em ambiente de montanha.
	Rapel	Técnica vertical de descida em corda.
Tirolesa	Deslizamento entre dois pontos afastados horizontalmente em desnível, ligados por cabo ou corda.	
ÁGUA	Bóia-cross	Descida em corredeiras com bóias infláveis, também denominado <i>acqua-ride</i> .
	Canoagem	Percurso aquaviário utilizando canoas, caiaques, <i>ducks</i> e remos
	Mergulho	Imersão profunda ou superficial em ambientes submersos, praticado com ou sem o uso de equipamento especial.
	Rafting	Descida em corredeiras utilizando botes infláveis.
AR	Balonismo	Voo com balão de ar quente e técnicas de dirigibilidade
	Parapente	Voo de longa distância com o uso de aerofólio (semelhante a um paraquedas) impulsionado pelo vento e aberto durante todo o percurso, a partir de um determinado desnível
	Paraquedismo	Salto em queda livre com o uso de paraquedas aberto para aterrissagem, normalmente a partir de um avião.
	Ultraleve	Voo em aeronave motorizada de estrutura simples e leve.
	Voo livre ou Asa delta	Voo com aerofólio, estrutura rígida em forma de asa, impulsionado pelo vento.

Fonte: Elaboração própria com base no universo empírico da atividade.

No que se refere às tecnologias, vale ressaltar a sua condição essencial para a realização das atividades de aventura. O desenvolvimento da pesquisa científica, tanto no melhoramento do desempenho técnico como na produção de material, que proporcionaram maior e melhor *performance*, tornou as práticas de aventura um exemplo de experimentação tecnológica avançada (COSTA, 2000).

Nessa linha de raciocínio, Marinho (2003) também enfatiza o avanço tecnológico como provedor, ao ser humano, das experiências inéditas em meio natural,

como também propulsor do surgimento de novas práticas esportivas. Ademais, conforme Marinho (2003) e Costa (2000), esta íntima relação com as tecnologias também se configura como um fator diferenciador das práticas esportivas de aventura das tradicionais.

A tecnologia, dessa forma, é compreendida como facilitadora das aventuras, ou até mesmo mediadora entre as experimentações do risco, do ambiente natural, das atividades físicas e as sensações de transposição dos limites e rompimento com as barreiras da vida cotidiana.

Nessa perspectiva, pode-se observar em que medida o turismo de aventura se desenvolve dentro de um quadro de mudanças estruturais na sociedade contemporânea numa lógica dialética. Sendo assim a presente discussão com conotação de ensaio teórico-conceitual, se encerra com a abordagem sobre a relação do indivíduo (o turista), permeado pelas características da sociedade atual, e o segmento do turismo de aventura.

3.3 A INTERAÇÃO DO TURISTA COM AS PRÁTICAS DE AVENTURA

Considerando o pensamento de Pena-Vega (2003, p. 70): “ao focar a ação do homem, caminha-se inexoravelmente para um aumento da complexidade” admite-se a problemática da discussão quando realizada sob o enfoque do turista de aventura.

De acordo com Costa (2000), o homem da era atual prossegue imbuído do espírito de aventura tão presente nas grandes conquistas da humanidade, em especial as do século XVI, quando desbravaram os mares ao encontro de outras civilizações. Esse espírito aventureiro, evidenciado nas atuais práticas de aventura, possibilita ao homem apostar com as oportunidades de conquistar, com o destino e com os infortúnios, transmitindo outros sentidos que podem, em alguns momentos, se aproximar ou se afastar dos antepassados do século XVI.

Se os primeiros eram motivados em suas conquistas pelos interesses econômicos expansionistas, ou se, para poucos, pelos sonhos de desbravamentos, estes posteriormente conquistam de modo simbólico, a si mesmos, por meio da extrapolação de seus próprios limites, ou buscam a experimentação da aventura sob a influência do espírito consumista.

Partindo do pressuposto que essas práticas são originárias de uma “cultura híbrida”, para citar Costa (2000, p. 11), pois se revelam tanto como um afastamento quanto uma aproximação do atual quadro social, dada à permanência de alguns valores sociais contemporâneos como o consumismo, a efemeridade, a imponderabilidade, a reflexividade, entre outros, é que se propõe à análise da relação turista e experiência de aventura, no âmbito do turismo.

Conforme Sevckenko (2001), a aceleração dos ritmos do cotidiano, em concordância com a invasão dos aparatos tecnológicos, proporcionou uma mudança na sensibilidade e nas formas de percepção sensorial das populações metropolitanas que representou uma ampliação da visão como fonte de orientação e interpretação. Ou seja, o olhar é supervalorizado em detrimento dos demais sentidos, o que acaba influenciando e modificando a percepção do mundo físico.

Sob esse prisma, o turismo de aventura apresenta-se como uma possibilidade de discussão desta questão de sensibilidade da sociedade contemporânea, ao passo que nas práticas de aventura a experiência sensível mostra-se mais pessoal e duradoura: um conjunto de sensações se evidencia – olfativas, táteis, visuais, auditivas – através do contato com o meio ambiente e com o rompimento com as regras de equilíbrio cotidianas.

Bruhns (2003) destaca que caminhar por uma trilha mantendo contato íntimo com o ambiente natural, incluindo todas as dificuldades e obstáculos presentes nessa experiência, talvez possa ser um exercício dos sentidos. A partir de uma concepção semelhante, Spink; Aragaki e Alves (2005) discutem a exacerbação dos sentidos no encontro com a natureza através das práticas de aventura.

Dessa forma, pode-se inferir que a busca por uma experimentação dos sentidos, através do contato com a natureza, pode ser uma das possibilidades orientadoras da opção pelo turismo de aventura. Procura-se literalmente um “mergulho na natureza”, o que revela uma “emoção à flor da pele”, experimentando a aventura ou captando-a através de todos os poros do corpo (BRUHNS, 2003).

Bruhns (2003) destaca que esse aprendizado da experimentação, que induz a sensibilização, desvenda um modo de conhecer especial, ou seja, o conhecimento do ambiente decodificado via informações do corpo. E este corpo passa a ser um campo

informacional, concebido como receptor e emissor de informações (MIRANDA, 1995¹⁴ *apud* BRUHNS, 2003).

Betrán (2003) compartilha da ideia de corpo informacional, mas acrescenta o corpo acrobático. Segundo o autor, os equilíbrios complexos e as acrobacias se popularizaram, contando com o desenvolvimento das atividades de aventura. Estas deram origem a novos conceitos corporais que reinterpretam o corpo, não só como um meio para alcançar um objetivo, mas também como um fim em si mesmo.

O corpo acrobático trata de inversões corporais, percepções e sensações insólitas, equilíbrios e desequilíbrios, acrobacias e reequilíbrios. As acrobacias [...] referem-se às ações motrizes conscientes que provocam a perda momentânea das condições estáveis do indivíduo e, portanto, uma modificação das referências perceptivas (BETRÁN, 2003, p. 160).

Observa-se, assim, que as práticas de aventura se baseiam em atividades que estabelecem a perda momentânea do equilíbrio e segurança corporal, induzem a uma modificação na relação do indivíduo com o seu corpo e até mesmo produzem um novo conceito de corpo: “o corpo acrobático” sugerido por Betrán. Dessa forma, a sensibilização e a relação corporal provocadas pelas viagens de aventura ilustram a multiplicidade de efeitos resultantes dessa moderna prática de lazer.

Para complementar esta discussão vale acrescentar a dicotomia acerca da individualização – sociabilização originadas nas práticas de aventura. Em oposição ao pensamento de Betrán (2003), que as caracteriza como atividades individualizadas, Villaverde (2003) considera que as formas de sociabilidade exercitada podem ser bastante intensas e qualificadas.

Tendo em vista que a atividade turística oportuniza um abastado *lócus* de relações interpessoais, de vivência e de relações com o mundo, ressalta-se o turismo de aventura por inovar na relação com o corpo e com a natureza e por possibilitar ao praticante o exercício de uma nova relação consigo mesmo, a vivência diferenciada do mundo e a experiência de formas renovadas de sociabilidade e subjetividade (VILLAVERDE, 2003).

Destaca-se que, diferente do que ocorre nos esportes tradicionais, nos quais há uma separação por sexo e idade, tem-se nas práticas de aventura uma mesclagem de

¹⁴ MIRANDA, J. y otros. Actividades físicas en la naturaleza: um objeto a investigar – dimensiones científicas. In: **Apunts: Educación Física y Deportes**, (4), Barcelona, 1995.

crianças aos idosos, de atletas aos portadores de necessidades especiais, de homens e mulheres. Todavia, a seleção do público ocorre em função das dificuldades que algumas atividades impõem.

A combinação de indivíduos heterogêneos revela uma grande possibilidade de troca de experiências nas aventuras, haja vista que são exigidos comportamentos adaptativos em beneficiamento da união do grupo, em prol da qualidade e da segurança da vivência. Confiança, integração, experimentação, cooperação, composição e respeito são sentimentos relacionados com as viagens de aventura e que possibilitam a sua aproximação com a discussão contemporânea acerca da subjetividade e da sociabilidade.

Segundo Villaverde (2003), a configuração assumida pela dinâmica das práticas de aventura vividas coletivamente na natureza, sob a pressão da intensidade e das composições interindividuais, parecem criar novas formas de sociabilidade, em especial nas relações de amizade, percebida como forma de subjetivação coletiva.

Nesse sentido, ressalta-se, portanto, que o que demonstra evidenciar-se nas experiências de aventura, no contexto do turismo, e que as caracteriza pelas renovações e transformações, é a relação do indivíduo consigo mesmo, com o meio ambiente e com a alteridade, conformando, assim, uma dimensão rica de análises do fenômeno contemporâneo da aventura.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste ensaio, foi possível captar a complexidade que se insere na definição do segmento do turismo de aventura, haja vista a contemporaneidade do tema e a dificuldade em mensurar e delimitar um conceito que é imbuído de componentes subjetivos e variáveis de pessoa para pessoa.

Apesar de se reconhecer tal complexidade, a discussão prossegue dando elementos para clarear os aspectos que envolvem as viagens de aventura, da mesma forma que amplia o escopo da reflexão para além da identificação dos limites de um conceito. Na verdade, a problematização sobre as distintas versões e as aparentes

contradições sobre o segmento, culminaram numa reflexão dialógica entre viagens, risco e aventura.

Evidencia-se como as viagens de aventura, cuja experimentação revela fortes e intensas emoções, são permeadas pela combinação de diversos fatores interdependentes como o risco, o perigo, a incerteza, a novidade, o desafio, o escapismo, o entusiasmo e o estímulo, fatores estes decorrentes de imprevisibilidade e imponderabilidade natural do ambiente onde a prática se realiza ou da inversão e do desequilíbrio corporal vivenciados.

Tais características aproximam o segmento do turismo de aventura do desejo do indivíduo contemporâneo por desbravar-se e aventurar-se, ainda que de forma controlada, pois nessas práticas nega-se a exposição livre e irracional aos riscos, em prol da integridade e da segurança dos turistas. Todavia, mantém-se a incerteza e esta aliada à experimentação do novo é que alimenta o sentimento de desafio dos turistas.

Contudo, dadas às possibilidades de vivências, diversificada pelos ambientes e pelas técnicas, vislumbra-se o potencial das viagens de aventura para contribuição com as reflexões acerca da sociedade atual, notadamente nos aspectos de renovação das relações do indivíduo consigo, com o outro e com o ambiente.

5 REFERÊNCIAS

ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 15331. **Turismo de aventura**: sistema de gestão de segurança – requisitos. Rio de Janeiro, 2005.

ATTA. Adventure Travel Trade Association. **Adventure Travel Industry Survey**. 2006. Disponível em: <<http://www.adventuretravel.biz/presscenter.asp>>. Acesso em: em setembro de 2007.

BENI, M. C. **Globalização do Turismo**: megatendências do setor e a realidade brasileira. São Paulo: Aleph, 2003.

BETRÁN, J. Rumo a um Novo Conceito de Ócio Ativo e Turismo na Espanha: as atividades físicas de aventura na natureza In: MARINHO, A.; BRUHNS, H. T. (Orgs.). **Turismo, Lazer e Natureza**. Barueri, SP: Manole, 2003, p. 157-202.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Diagnóstico do Turismo de Aventura**. Brasília, 2001.

_____. **Turismo de Aventura**: relatório Diagnóstico: Regulamentação, normalização e certificação. Brasília, 2005.

_____. **Turismo de Aventura**: orientações Básicas. Brasília, 2006.

_____. **Turismo de Aventura**: orientações Básicas, 2. ed. Brasília, 2008.

BRUHNS, H. T. No Ritmo da Aventura: Explorando sensações e emoções. In: MARINHO, A.; BRUHNS, H. T. (Orgs.) **Turismo, Lazer e Natureza**. Barueri, SP: Manole, 2003, p. 29-52.

COSTA, V. L. **Esporte de aventura e risco na montanha**: um mergulho no imaginário. São Paulo: Manole, 2000.

CEBALLOS-LASCURÁIN, H. Ecoturismo como um fenômeno mundial. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. (Orgs.) **Ecoturismo**: um guia para planejamento e gestão. São Paulo, Editora SENAC, 1995, p. 23-29.

MARINHO, A. Da aceleração ao pânico de não fazer nada: Corpos aventureiros como possibilidade de resistência. In: MARINHO, A.; BRUHNS, H. T. (Orgs.) **Turismo, Lazer e Natureza**. Barueri, SP, Manole, 2003, p. 1-28.

OMT. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Turismo Internacional**: uma proposta global. Porto Alegre: Bookmann, 2003.

PENA-VEGA, A. **O Despertar Ecológico**: Edgar Morin e a ecologia complexa. Rio de Janeiro, Garamond, 2003.

RODRIGUES, A. B. Ecoturismo – limites do eco e da ética. In: RODRIGUES, A. B. (org.) **Ecoturismo no Brasil**: possibilidades e limites, São Paulo, Contexto, 2003.

SEVCENKO, N. **A corrida para o século XXI**: no loop da montanha-russa. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SPINK, M. J.; ARAGAKI, S. S.; ALVES, M. P. Da Exacerbação dos sentidos no encontro com a natureza: contrastando esportes radicais e turismo de aventura. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 18 (1), jan./dez., 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v18n1/24814.pdf>>. Acesso em: 20-03-2005.

SWARBROOKE, J.; BEARD, C.; LECKIE, S.; POMFRET, G. **Turismo de aventura**. São Paulo, Aleph, 2003.

UVINHA, R. R. Esportes Radicais e Turismo: análise conceitual. In: TRIGO (org.) **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo, Roca, 2005. p. 437-448.

VILLAVERDE, S. Refletindo sobre lazer/turismo na natureza, ética e relações de amizade. In: MARINHO, A.; BRUHNS, H. T. (Orgs.) **Turismo, Lazer e Natureza**. Barueri, SP: Manole, 2003.

Recebido em: 16-09-2014.

Aprovado em: 16-10-2014.